

Debates dependem da definição das regras

Tadashi Nakagomi

Enquanto não forem definidas as regras de funcionamento do Congresso constituinte, praticamente não haverá debate das questões institucionais que darão substância ao novo texto constitucional. Essa é a opinião da maioria das bancadas no Congresso, inclusive as de oposição, diante da impossibilidade prática de encaminhamento de qualquer proposta sem a organização do debate e das regras de trabalho.

O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), já tem pronto um projeto de lei constitucional suspendendo de imediato a aprovação de projetos do Executivo por decurso de prazo, a edição de decretos-leis e as medidas de emergência, até a promulgação da nova Constituição. Contudo, ele só irá formalizá-lo depois que estiverem definidas questões como a composição da Mesa Diretora do Congresso constituinte, os poderes do presidente Ulysses Guimarães e até mesmo a forma de encaminhamento das propostas. "Não se pode fazer nada, porque não se sabe como encaminhar", disse.

Sua opinião é compartilhada pelo líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto (RJ). Ele afirmou que só depois de "assentada a poeira" da questão regimental, provavelmente em março, serão abordados os temas nacionais.

O líder pedessista no Senado, Jarbas Passarinho (PA), vai na mesma linha. Na sua opinião, seria ilusório ganhar tempo elaborando um regimento às pressas, correndo o risco de perdê-lo depois por omissões e falta de previsão. "No curso da Constituinte haverá questões sérias a resolver, com base no regimento, o



Jarbas Passarinho (à esq.) e Lula conversam no plenário da Câmara

que justifica a importância da matéria agora", disse. Mesmo assim, considera que o debate pode ocorrer nas duas horas de debate de plenário previstas no regimento provisório da Constituinte.

Discussão prioritária

O deputado Eduardo Bonfim (PC do B-AL) também considera o regimento pré-condição para o debate. José Genoino (PT-SP) defende a discussão prioritária do regimento, alegando que boa parte da futura Constituição vai se definir a partir dele, com as comissões de trabalho. "Se não discutirmos o regimento, a Constituinte poderá ficar vulnerável até em questões fundamentais", disse, prevendo para março o início do

debate institucional. O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, também considera o regimento prioritário para "botar ordem na casa e dar-lhe condições de bom funcionamento".

No PMDB, embora a definição do funcionamento do Congresso constituinte seja considerada importante, a disputa pela liderança também concorre para o retardamento do debate político. O deputado Luiz Henrique (SC), um dos candidatos ao cargo, diz que, como o líder ainda não foi escolhido, não há uma articulação da bancada para o desencadeamento da discussão. Escolhido o líder, a bancada traçará sua linha de ação e a desencadeará com urgência, acrescentou.